



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Ações Programáticas Estratégicas

Política Nacional de Saúde Pessoa com Deficiência: Avanços e Desafios

Érika Pisaneschi

Coordenadora

Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência

Novembro 2009

Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Ações Programáticas Estratégicas



Ministério
da Saúde





SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Ações Programáticas Estratégicas



Ministério
da Saúde



Sistema Saúde Brasileiro

É um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, se propondo a garantir **atenção integral e gratuita** para a totalidade da população.

- . 25% população tem plano de saúde ou compra serviços
- . 75% população é SUS dependente *
- . estimativa IBGE – pop. 2009 – 191.163.132
- . dimensão geográfica do país (8,5 milhões Km²).

Sistema Saúde Brasileiro

Caracteriza-se pela **gestão compartilhada e participativa**:

- . Federal, Estadual e Municipal
- . Instâncias colegiadas de pactuação
 - CIB – Comissão Intergestores Bipartite
 - CIT – Comissão Intergestores Tripartite
- . Conselhos de Saúde (órgãos deliberativos do SUS) *

Princípios do SUS

- Organização Política e Administrativa-

- **Descentralização**
- **Regionalização**
- **Hierarquização**

A organização política e administrativa do SUS é de responsabilidade das três esferas de governo, **Federal, Estadual e Municipal**, a regionalização é a norteadora das ações e dos serviços de saúde assim como alguns instrumentos de gestão: planejamento, controle, avaliação, regulação e auditoria *.

Princípios do SUS

- **Universalidade**
- **Integralidade**
- **Equidade**

A **pessoa com deficiência** tem direito a ser atendida no SUS nas suas necessidades básicas e específicas de saúde, por meio de ações de promoção, prevenção e reabilitação, incluindo a aquisição de recursos ópticos, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.

Política Nacional de Saúde Pessoa com Deficiência

Portaria GM nº 1060 de 05 de junho de 2002



www.saude.gov.br

Política Nacional de Saúde PCD

- Diretrizes -

Formulação e desenvolvimento de ações e programas que tem como principal objetivo reabilitar / habilitar a pessoa com deficiência com vistas a sua **inclusão social**.

1. Promoção da qualidade de vida
2. Prevenção de deficiências
3. Assistência integral à saúde
4. Ampliação e fortalecimento de mecanismos de informação
5. Capacitação de recursos humanos
6. **Organização e funcionamento dos serviços**

Organização da Assistência

Existem **três níveis de complexidade** no SUS:

⇒ atenção básica / primário

⇒ média complexidade / secundário

⇒ alta complexidade / terciário

Organização da Assistência

Atenção Básica

O nível primário, a **Atenção Básica** é o que dispõe de estrutura mais descentralizada, o mais próximo da população. É a “porta de entrada” do Sistema Único de Saúde /SUS.

As **Equipes de Saúde da Família** e **Agentes Comunitários de Saúde**, sob gestão dos municípios, constituem principal estratégia da Política Atenção Básica.

Organização da Assistência

Atenção Básica

Núcleos de Apoio Saúde da Família / NASF * – devem atuar a partir das demandas identificadas no trabalho conjunto com as Equipes Saúde da Família; acompanhamento longitudinal pacientes; devem atuar de forma integrada à rede de serviços de saúde.

Ações: práticas corporais; homeopatia e acupuntura; **reabilitação**; alimentação e nutrição; saúde mental; serviço social; saúde da criança; saúde da mulher; assistência farmacêutica.

 **Portaria N° 154, de 04 de março de 2008**

Organização da Assistência

Atenção Básica

Núcleos de Apoio Saúde da Família / NASF *

NASF 1 - 5 profissionais; 1 Nasf p/ 8 ESF (5 p/ municípios com menos 100 mil hab.);

R\$ 20 mil/mês (incentivo para implantação e custeio).

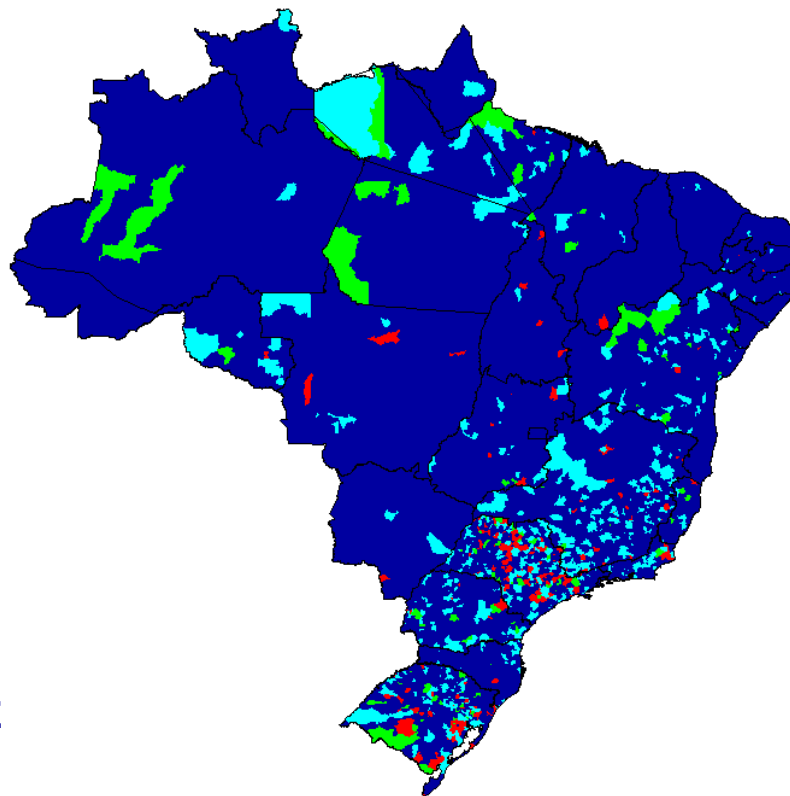
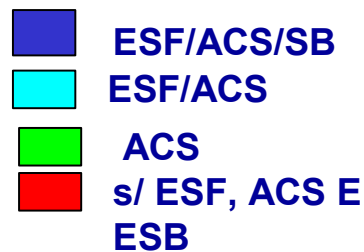
NASF 2 – 3 profissionais (p/ municípios com menos que 10 hab./Km²)

R\$ 6 mil/mês

**Gestores definem a composição da equipe
conforme prioridades locais**

Atenção Primária à Saúde

- Situação da implantação das ESF,SB e ACS
BRASIL,Março2009



Nº ESF – 29.149
Nº MUNICÍPIOS -
5.233

Nº ACS – 228.412
Nº MUNICÍPIOS -
5.350

Nº ESB – 17.588
Nº MUNICÍPIOS –
4.567

Estados e Regiões classificados em ordem decrescente segundo proporção da população não coberta pela Estratégia Saúde da Família. Brasil, 2008

ordem	Estado	Nº de ESF	% Cobertura ESF	% pop não coberta SF
1	Distrito Federal	39	5,6	94,4
2	São Paulo	3.134	25,6	74,4
3	Rio de Janeiro	1.440	30,9	69,1
4	Rio Grande do Sul	1.161	33,9	66,1
5	Pará	802	36,3	63,7
6	Rondonia	229	47,8	52,2
7	Amazonas	497	49,7	50,3
8	Espírito Santo	539	50,0	50,0
9	Paraná	1.672	51,4	48,6
10	Bahia	2.392	55,0	45,0
11	Mato Grosso do Sul	402	56,2	43,8
12	Mato Grosso	521	57,1	42,9
13	Goiás	1.048	57,9	42,1
14	Acre	132	59,2	40,8
15	Minas Gerais	3.806	63,2	36,8
16	Amapá	132	66,6	33,4
17	Ceará	1.705	67,2	32,8
18	Santa Catarina	1.282	67,4	32,6
19	Pernambuco	1.780	68,0	32,0
20	Roraima	94	70,2	29,8
21	Alagoas	727	70,3	29,7
22	Tocantins	352	76,7	23,3
23	Maranhão	1.725	78,1	21,9
24	Rio Grande do Norte	858	80,0	20,0
25	Sergipe	534	83,3	16,7
26	Paraíba	1.228	94,7	5,3
27	Piauí	1.069	96,6	3,4
BRASIL		29.300	49,5	50,5

ordem	Região	Nº de ESF	% Cobertura ESF	% pop não coberta SF
1	SUDESTE	8.919	36,9	63,1
2	NORTE	2.238	47,2	52,8
3	SUL	4.115	47,9	52,1
4	CENTRO-OESTE	2.010	48,2	51,8
5	NORDESTE	12.018	70,6	29,4

pop não SF => 70%
 70% > pop não SF => 50%
 50% > pop não SF => 20%
 pop não SF => 20%



Fonte: CNES, IBGE

Organização da Assistência

Média Complexidade e Alta Complexidade

Atenção especializada em **Serviços de Reabilitação** com equipe multiprofissional e o fornecimento de recursos ópticos, órteses e próteses ortopédicas, aparelhos auditivos, implante coclear e os leitos de reabilitação.

- ▣ Reabilitação Física (2001)
- ▣ Deficiência Intelectual (2002)
- ▣ Saúde Auditiva (2004) *
- ▣ Reabilitação Visual (2008) *

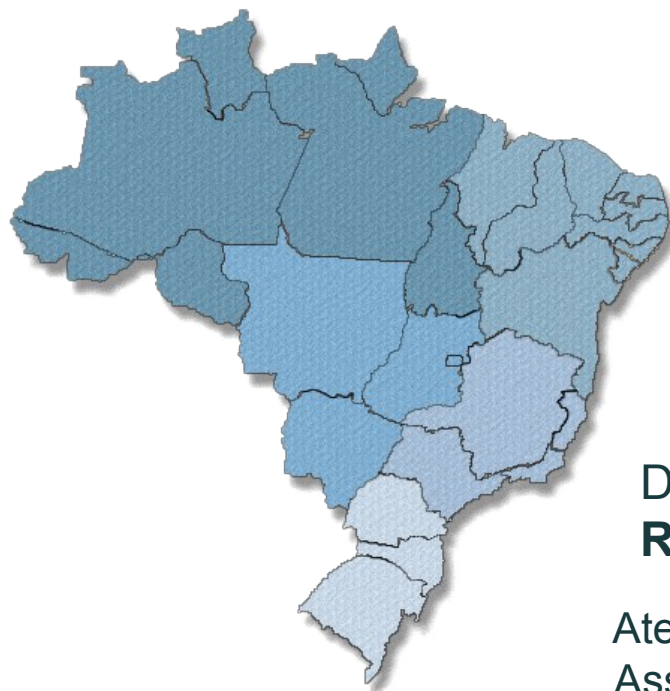
Redes Temáticas
Serviços de Reabilitação

Redes Serviços de Reabilitação

setembro/2009

73% Da Rede de Reabilitação Física
Implantada (156 Serviços + intermunicipais)

RS: 11/11



92% Da Rede de Reabilitação Auditiva
Implantada (142 Serviços + fonoterapia)

RS: 9/7

Rede de Reabilitação Visual: 75 Serviços *

RS: 0/4

Deficiência Mental e Autismo (900 Serviços)*

RS: 55

Atenção à Saúde das Pessoas com Ostomia *

Assistência Ventilatória - Doenças Neuromusculares *

Atenção Saúde - *Osteogênese Imperfecta*

Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência

Portaria GM nº 1060 de 05 de junho de 2002

Redes Temáticas
Serviços de Reabilitação

OPM ambulatoriais

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA PCD

- Relação de OPM ambulatoriais-

Reabilitação Visual

10 recursos ópticos

Reabilitação Física

33 órteses MMSS, MMII e coluna

24 próteses MMSS e MMII

5 calçados

4 palmilhas

3 muletas

1 andador

4 cadeiras de rodas

8 substituição

Saúde Auditiva

14 aparelhos auditivos

14 de reposição

1 molde auricular

(reposição)

Implante Coclear

2 Próteses

Ostomia

7 bolsas de ostomia

TOTAL: 130 Procedimentos

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA PCD

- Relação de Procedimentos de Atendimento -

Saúde Auditiva

16 procedimentos

Implante Coclear

2 procedimentos

Reabilitação Física

4 procedimentos

Reabilitação Visual

3 procedimentos

Deficiência Intelectual

6 procedimentos

Dçs Neuromusculares

2 procedimentos

Osteogênese Imperfecta

1 procedimento

Múltiplas Deficiências

1 procedimento

TOTAL: 35 Procedimentos

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência

Compromisso com a Inclusão Social de Pessoas com Deficiência
(Decreto 6215, de 26 de setembro de 2007) *

Programa Nacional de Órteses e Próteses
Ampliar a concessão dos equipamentos e reabilitação



Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



Concessão de equipamentos

- é imprescindível em alguns casos e aumenta em outros as **possibilidades de independência** da pessoa para as atividades, educativas, de lazer e trabalho, acesso aos espaços públicos;
- é **essencial ao processo de reabilitação** nas Unidades do SUS pois complementam o atendimento multiprofissional realizado por fisioterapeutas, psicólogos, médicos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e assistentes sociais;

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



Situação

- Censo Demográfico 2000



3% da população com grande dificuldade ou incapacidade visual, auditiva ou física que necessitam de algum tipo órtese ou prótese para sua reabilitação.

Censo Demográfico 2000 - Pessoas com grande dificuldade ou incapacidade		Estimativa População 2007
Visual	1,52%	2.838.912
Física	0,83%	1.550.196
Auditiva	0,62%	1.157.978
Total	2,97%	5.547.086

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



Situação

- A mudança de perfil demográfico da população brasileira com mais idosos com maiores necessidades de reabilitação;
- Demanda identificada de pessoas aguardando órteses e próteses nas Redes de Serviços de Reabilitação do SUS;
- O tempo de vida útil dos equipamentos;
- Necessidade de procedimentos complementares à reabilitação visual;

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



Ampliar a cobertura e aprimorar o processo de reabilitação no SUS

2. Programa Nacional de Órteses e Próteses
3. Implantação de Oficinas Ortopédicas
4. Formação de Ortesistas e Protesistas

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



1. Programa Nacional de Órteses e Próteses (cont.)

Demanda estimada 4 anos – 1.042.000 pessoas

Recursos 4 anos – R\$ 670.000.000,00

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



Saúde Auditiva

Portaria GM/MS nº 389, de 3 de março de 2008

aumenta os limites físicos e financeiros das SES, SMS e DF

RS: R\$: 941.148,15 ano

Publicação de Portaria referente a habilitação de 3 serviços em Saúde Auditiva

Portaria GM/MS nº 3150, de 24 de dezembro de 2008

Repasse de recursos para SES, SMS e DF para áreas de saúde **auditiva**, oncologia, traumatologia-ortopedia, neurocirurgia, cardiovascular
Impacto/ano: R\$ 230.000.000,00

RS: R\$:19.582.299,54 ano

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



Reabilitação Física

Publicação de Portaria referente a habilitação de 1 serviço referência em Medicina e Reabilitação

Portaria GM/MS 2.297, de 10 de outubro de 2008

umenta o valor das órteses e próteses ortopédicas e procedimentos de reabilitação. Percentual aumento: 33% a 178%

Portaria GM/MS 2.373, de 10 de outubro de 2008

estabelece o repasse do recurso para SES, SMS e DF

Impacto/ano: R\$ 17.759.494,00_

RS: R\$: 504.138,30 ano

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



Reabilitação Física

Portaria GM/MS 2.381, de 10 de outubro de 2008
estabelece o repasse do recurso para SES, SMS e DF para atendimento fila de espera (O e P e reabilitação).

Impacto/ano: R\$ 31.522.293,00

RS: R\$: 1.801.772,88 ano

Portaria MS/GM nº 1.370, de 3 de julho de 2008
Institui o Programa de Assistência Ventilatória Não Invasiva aos Portadores de Doenças Neuromusculares.

Portaria MS/SAS nº 370, de 4 de julho de 2008 - complementar .

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



Reabilitação Visual

Portaria GM/MS nº 3128, de 24 de dezembro de 2008
estabelece normas para implantação de Serviços e diretrizes de atendimento.

Portaria SAS/MS nº 3129, de 24 de dezembro de 2008
estabelece recursos financeiros para SES, SMS e DF para atendimento em reabilitação visual.

Impacto/ano: R\$ 39.160.835,50

RS: R\$: 1.763.406,69 ano

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência



Todas as Áreas

Portaria 3192, de 24 de dezembro de 2008

Aumenta valor dos procedimentos de diversas áreas, entre eles, saúde auditiva, reabilitação visual, reabilitação física, repassando recursos financeiros para SES, SMS e DF.

Portaria MS/GM nº 3.194, de 24 de dezembro de 2008, que estabelece recursos financeiros no montante de R\$ 902.275.314,37

RS: R\$: 45.645.448,69

Total (recurso novo específico) Brasil: R\$ 115 milhões

Total (recurso novo específico) RS: R\$ 5.010.465,00 milhões

Agenda Social _ Pessoa com Deficiência

1. Implantação 10 Oficinas de Órteses e Próteses Capacitação/Formação Ortesistas e Protesistas

- prioridade Regiões Norte e Nordeste
- financiamento MS – convênios FNS

Oficinas/Cursos:

- Piauí - Terezina (inaugurada 2009)
- Pernambuco - Caruaru (2008)
- Bahia - Salvador (2008) *
- Alagoas - Maceió (2008)
- Mato Grosso - Sinop e Cárceres (2008) *
- Santa Catarina – Florianópolis (2009) *
- Rondônia – Boa Vista (2009)
- Amazonas - Manaus (2009)
- Ceará – Fortaleza (2009)
- Pará – Belém do Pará (2009) **
- Paraíba – João Pessoa (2009)

BPC na Escola



Portaria Normativa Interministerial nº 18/2007

Inclusão e permanência na escola jovens e crianças com deficiência entre 0 e 18 anos que recebem BPC (**340.638 pessoas**)

Pareamento dados MDS e MEC (**70% fora da escola regular**)

Adesão Estados e Municípios _ constituição grupo gestor local.

Aplicação de questionário sobre barreiras (arquitetônicas, atitudinais, saúde, sócio -econômicas).

Plano de Ações intersetorial.

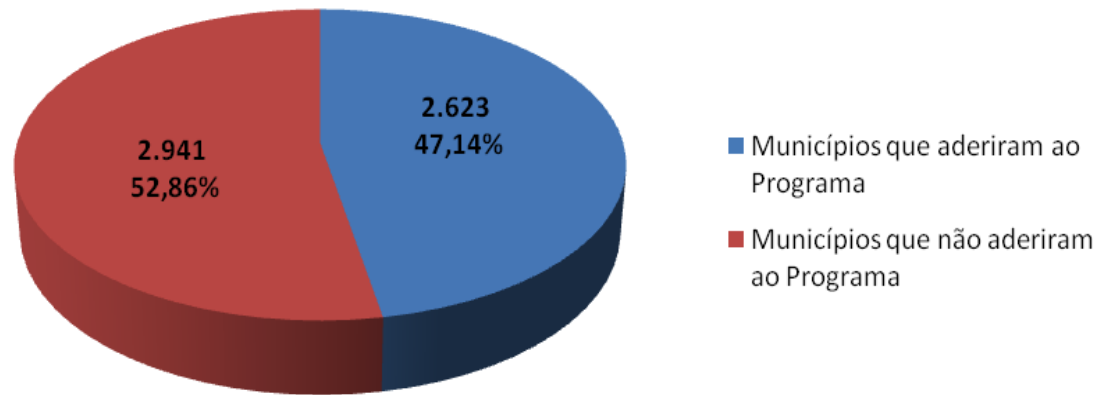
BPC na Escola



Estimular e promover a aproximação entre as Áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, Direitos Humanos para que se estabeleçam **processos permanentes de integração intersetorial** necessários a inclusão da pessoa com deficiência a comunidade para o exercício da cidadania.

BPC na Escola

Adesão no Brasil



Contexto

- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU 2006 / BRASIL 2008
- Conferências Nacionais – saúde, educação, assistência social, direitos humanos – I Conferência Nacional Direitos das PCD/ 2006 e a II Conferência em 2008.
- Prioridade Pacto pela Vida 2006-2007 / 2008-2009 / 2010-2011 “Fortalecimento da capacidade de resposta do SUS às PCD” – conquista do CNS
- Organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
- Fortalecimento da Política Educação Inclusiva / MEC – Homologado pelo Ministro resolução 13 do Conselho Nacional de Educação.

Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência

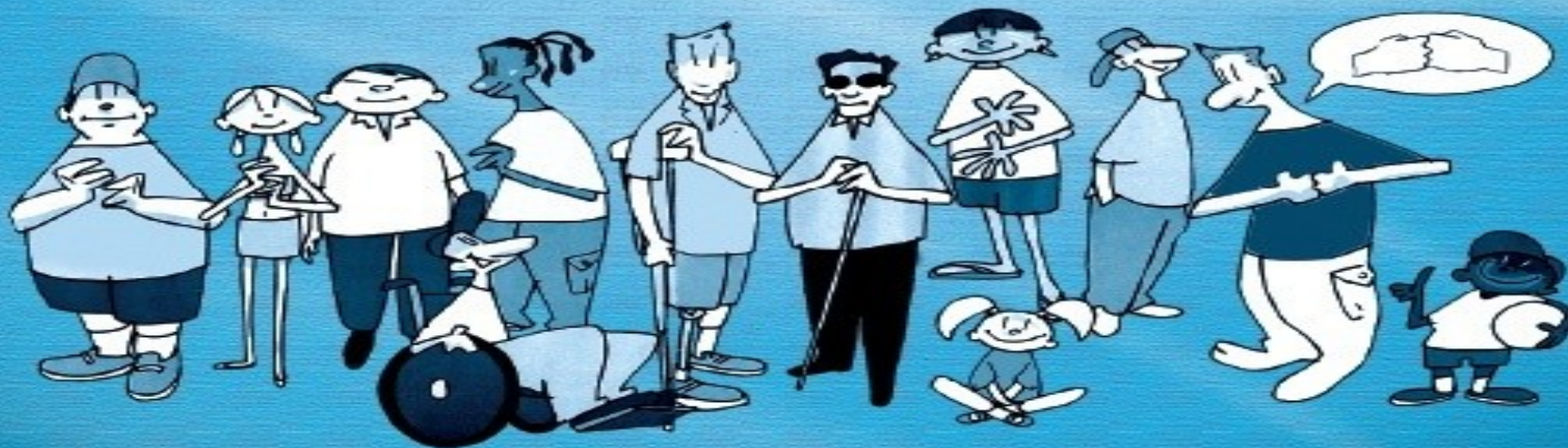
Ministério da Saúde

Esplanada dos Ministérios – Bloco G
Edifício Sede - sala 619 Brasília – DF
CEP 70000-000

tel: (0XX61) 3315.2271 / 3315.3422

e-mail: peessoaacomdeficiencia@saude.gov.br

site: www.saude.gov.br



Ministério
da Saúde

